

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

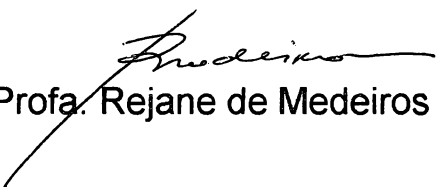
**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DEFICIENTE MENTAL
LEVE E A SUA INTEGRAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO**

CURITIBA - PARANÁ
1997

DECLARAÇÃO

Na condição de Professora Orientadora de **MARTA DO ROCIO SMANIOTTO ROSEVICS** e **SANTINA FAVARO BONFIM**, no processo de elaboração da monografia *“Formação profissional do deficiente mental leve e a sua integração no mercado de trabalho”*, apresentada como requisito curricular do Curso de Especialização em Educação Especial, desta Universidade Federal do Paraná, declaro que o estudo realizado possui pertinência temática e suficiência discursiva, destacando-se, ainda, pela sua autenticidade enquanto produto de reflexão emergida das práticas das próprias autoras, pelo que atribuo merecida nota 10 (dez).

Curitiba, 25 de novembro de 1997.


Profa. Rejane de Medeiros Cervi

**MARTA DO ROCIO S. ROSEVICS
SANTINA FAVARO BONFIN**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DEFICIENTE MENTAL
LEVE E A SUA INTEGRAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO**

Monografia apresentada para a conclusão do Curso:
Especialização em Educação Especial, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a *Rejane Medeiros Cervi*

**CURITIBA - PARANÁ
1997**

Bem aventurados os que me amam como sou, tão somente como sou e não como eles gostariam que eu fosse.

Serrano J. A.

*Dedicamos esta monografia
aos nossos familiares,
com palavras
de gratidão, pela compreensão e
incentivo;
de amor, pelo quanto representam em
nossas vidas.*

Agradecemos

Aos professores do Curso: Especialização em Educação Especial da UFPB, que nos proporcionaram um estimulante convívio de debates e permitiram o nosso aprofundamento nas questões da Educação Especial.

A todos que nos ajudaram na elaboração desta monografia.

Em especial a Doutora Marta Pinheiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NATUREZA E EXTENSÃO DA EXCEPCIONALIDADE	05
2.1	CLASSIFICAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL	10
2.2	LEGISLAÇÃO	15
2.3	O DEFICIENTE MENTAL LEVE E A FAMÍLIA	19
2.4	O DEFICIENTE MENTAL LEVE E O PROGRAMA DE ENSINO.....	23
2.5	O DEFICIENTE MENTAL LEVE E A SUA PERSPECTIVA DE TRABALHO	28
2.6	AVALIAÇÃO	30
2.7	PREPARANDO PARA O TRABALHO.....	34
3	PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS DE PAIS E PROFESSORES DE DEFICIENTE MENTAL LEVE	41
3.1	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	41
3.2	UNIVERSO PESQUISADO	41
3.3	RESULTADOS DA PESQUISA	42
4	CONCLUSÃO	54
	ANEXO I - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	58

1 INTRODUÇÃO

Quem é o Deficiente?

*Se você fracassa em enxergar a pessoa
mas vê somente a deficiência,
então quem é o cego?
Se você não consegue escutar
o grito por justiça
de seu irmão
então quem é o surdo?
Se você não se comunica
com sua irmã
mas a mantém afastada de você
quem é o deficiente?
Se o seu coração ou sua mente
não se estendem para
o seu vizinho
quem então tem deficiência mental?
Se você não se levanta pelos
direitos de todas as pessoas
quem então é o aleijado?
Anônimo*

Este trabalho monográfico constitui subsídio para um estudo sobre as possibilidades de integrar o Deficiente Mental Leve no mercado competitivo de trabalho, considerando-se esta uma questão vinculada à necessidade de sua participação social como cidadão com direitos e deveres.

Para que se evidencie o ajustamento sócio-emocional trabalhou-se alguns aspectos relacionados à família, à escola e à comunidade que favorecerão a integração do Deficiente Mental Leve em situações reais e naturais.

Complementarmente, realizou-se uma sondagem junto às pessoas envolvidas no processo, do Centro Ocupacional Tia Maria, sobre questões que reforçam expectativas e entendimento de viabilidade da capacitação profissional dos indivíduos com esse tipo de comprometimento, através de uma nova postura pedagógica que enfatize o desenvolvimento motor, autoconfiança e de um

compromisso mais efetivo da sociedade, de um modo geral, e dos órgãos governamentais, e da escola, em particular.

Partindo dessa pressuposição, objetiva-se despertar, através da pesquisa mencionada, realizada junto aos professores e pais de alunos de Educação Especial, deste centro ocupacional, novos empenhos no sentido de estimular, nos educandos, hábitos de responsabilidade, independência e qualidade de execução.

O campo de trabalho das autoras favorece a comprovação de que alunos com certas dificuldades de aprendizagem na área acadêmica, não poucas vezes, conseguem sobressair-se aos colegas nos trabalhos artesanais. Esse fato evidencia que o portador de Deficiência Mental Leve poderá ser eficiente, desde que seja realizado um trabalho produtivo neste sentido, que facilitará o seu convívio familiar e social, tornando-o capaz de exercer a cidadania com dignidade.

E é no campo de trabalho das autoras, ou seja, no Centro Ocupacional “Tia Maria”, que se buscarão subsídios para tornar verdadeira essa monografia, isto é, junto aos professores, famílias e comunidade.

Sabe-se que, numa sociedade onde as pessoas conhecidas como “normais”, submetem-se a sub-empregos, a integração no campo de trabalho do cidadão, portador de certas limitações é muito difícil. Entretanto, a proposta das autoras desta monografia se fundamenta na constatação de que todas as pessoas têm condições de elaborar seus conceitos e trabalhar dentro de suas próprias possibilidades.

Vários são os conceitos de deficiências que se encontram nas obras relativas ao tema. A objetividade que se pretende dar a este trabalho, faz com que seja adotado o termo “Deficiente Mental Leve”, para qualquer fator limitante mental

apresentado pelo indivíduo. Da mesma maneira será designado, no transcorrer do trabalho, pela sigla DML.

Este trabalho monográfico está estruturado em quatro partes, onde a primeira representa a introdução e perspectivas das autoras com a sua elaboração.

Na segunda parte, faz-se uma análise da natureza e extensão da excepcionalidade, apropriando-se de concepção de autores renomados, através de pesquisa em suas obras. Ainda nesse enfoque, sob a forma de sub-tópicos, trata-se da Classificação do Deficiente Mental, da Legislação que o ampara, da posição da Família, do Programa de Ensino, das Perspectivas de Trabalho e da sua Preparação para o Trabalho.

As Autoras viram a necessidade de tornar verdadeira e real esta monografia. Para isso acharam interessante que se analisasse a posição dos pais e professores, suas expectativas e perspectivas frente às reais chances do Deficiente Mental Leve no mercado de trabalho, assim como, com relação ao processo educacional como um todo. Para tanto, providenciaram e registraram esta posição através de uma pesquisa de campo, que se acha documentada na terceira parte deste trabalho. No anexo apensou-se uma amostra dos exemplares utilizados na pesquisa.

Ainda neste enfoque apresenta-se uma apreciação, isto é, verificam-se as características individuais do ser humano e a sua possibilidade de relacionamento com o próximo, destacando a atuação da escola, como um todo, nesse processo, fixando-se dentro da escola, seu ritual e a presença professor/aluno. Neste tópico foi feita uma abordagem às condições que vigoram no ensino especial, o que se pode ensinar e a possível abrangência dos seus conteúdos.

Discutiu-se ainda, a posição do professor e sua atuação na sala de aula, o palco da prática pedagógica.

Numa apreciação derradeira, enfatizou-se a posição das Autoras frente ao trabalho realizado, evidenciando-se a preocupação em fornecer aos leitores desta monografia, algumas sugestões para ajudar a criança portadora de deficiência, acrescentando algumas orientações pessoais, porém embasadas em obras de autores especializados nessa área.

Conclui-se o trabalho apresentando-se um posicionamento frente ao que foi realizado e às expectativas com relação ao desenrolar do dia-a-dia, nas salas de aula, no mundo lá fora e principalmente no convívio diário entre professor e aluno onde está a possibilidade do desenvolvimento humano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

NATUREZA E EXTENSÃO DA EXCEPCIONALIDADE

O trabalho “é um bem do homem - é um bem da sua humanidade”, porque “mediante o trabalho, o homem não somente transforma a natureza, adaptando-a as suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo como homem e até, num certo sentido, se torna mais homem” JOANNES PAULUS (1981).

Do ponto de vista sociológico, os portadores de deficiência sempre foram considerados como pessoas “de fora”, à margem da participação no sistema econômico, político e social - uma minoria - embora representem 10% da população mundial. Ao longo da história da humanidade pode-se facilmente identificar diferentes tipos de percepção a respeito dos indivíduos portadores de deficiência. Sabe-se, através dos escritos a respeito, que estes indivíduos foram considerados como “seres sub humanos”, degeneração da raça humana, objetos de medo, terror e ridículo, ameaça para a espécie, merecedores da piedade e da caridade pública, etc. Felizmente com o passar do tempo, em função do progresso científico e tecnológico, e quem sabe, de uma vocação de redenção da consciência humana, este segmento da sociedade também vêm sendo visto através de uma ótica modificada.

A SEED - Departamento de Educação Especial (1994, p. 23-24), quando analisa a natureza e extensão da excepcionalidade, citando AMARILIAN (1986), fala das duas correntes teóricas que surgiram de acordo com a filosofia que permeou os diferentes períodos da história da humanidade, denominadas de pré-científicas e científicas. Esta últimas, ou seja, as pré-científicas, que vigoraram até a Idade Moderna, foram responsáveis pela difusão de idéias no âmbito da excepcionalidade,

marcadas pelo princípio da eugenia, segundo o qual a deficiência era entendida como degeneração da raça humana, sendo as pessoas portadoras de deficiência condenadas ao abandono ou à morte. Eram, ainda, sujeitas a crenças ligadas ao sobrenatural e à expiação de pecados.

Esses comportamentos se arraigaram nas diversas sociedades, destacando-se: a terminologia preconceituosa empregada na identificação desse conjunto de pessoas, a partir de termos como débil, louco, surdo, aleijado; a marginalização social; a segregação e o assistencialismo, com caráter filantrópico ou caritativo; a reclusão dos deficientes mentais em hospitais psiquiátricos; culminando, do ponto de vista educacional, com a discriminação institucionalizada desse grupo de pessoas.

A abordagem organicista, que corresponde ao período compreendido entre o século XVI e o final do século XIX, era centrada em bases teóricas pré científicas, que defendia a segregação, a punição, o asilamento e o prognóstico da incurabilidade.

Na sociedade contemporânea, sob a influência do desenvolvimento técnico-científico, tem origem a concepção científica, que provocou mudanças dos diferentes ramos das ciências, cujos estudos repercutiram diretamente no processo de uma compreensão mais profunda do ser humano.

A partir daí o homem passa a ser entendido em sua complexidade biológica, espiritual e social. Esta visão repercute na compreensão da pessoa portadora de deficiência, cuja limitação mental, sensorial ou física não implica na sua aniquilação como pessoa. Surge uma nova terminologia para excepcionais, portadores de

deficiência, pessoas com problemas no seu desenvolvimento, pessoas com necessidades específicas e pessoas com necessidades educacionais especiais.

A SEED - Departamento de Educação Especial, cita o MEC/SESP (1994), que define como “Pessoa Portadora de Deficiência”, aquela *“que apresenta em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico social”*.

E, de acordo com a mesma fonte, MEC/SESP (1994), o “Portador de Necessidades Especiais” nem sempre é um portador de deficiência, mas é aquele que, *“por apresentar, em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas, ou ainda altas habilidades, necessita de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades”*.

Com a mudança conceptual, essas pessoas passaram a ser vistas como seres integrantes de uma sociedade, capazes de agir e interagir socialmente com os demais membros, desenvolver sua criatividade, de sensibilizarem-se diante dos fatos, de executarem tarefas diversas, de terem direito aos benefícios da ciência, da tecnologia e do acesso ao trabalho, cultura e esporte.

Desses princípios, conforme ENUMO (1995), citado pela SEED - Departamento de Educação Especial, emergiram diferentes correntes educacionais: a psicopedagogia, a abordagem social e o comportamentalismo.

- *Psicopedagogia* - admite a educabilidade das pessoas portadoras de deficiência através da intervenção da psicologia e da pedagogia (final do século XX).

- *Abordagem Social* - entende a deficiência como um desvio socialmente determinado por um processo de estigmatização, e busca adaptar o meio social ao deficiente, surgindo como base nessas idéias, os princípios de normatização, integração e individualização, que regem mundialmente o encaminhamento educacional dos portadores de deficiência (segunda metade do século XX).
- *Comportamentalismo* - possibilidade da mudança do comportamento a partir de princípios condicionantes (no decorrer da segunda metade do século XX).

A concepção científica favoreceu a desinstitucionalização da deficiência e propagou a política de integração social, que vem conquistando espaços nos diferentes setores de atividades.

Em outro documento, a SEED - Pr, identifica o Deficiente Mental como a pessoa que apresenta desempenho intelectual abaixo da média, a ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais no sentido de desenvolver ao máximo suas potencialidades. E reconhece nele algumas manifestações evidentes, tais como:

- Atraso no desenvolvimento psicomotor e da linguagem;
- Dificuldade de recepção, memorização e reação aos estímulos visuais, auditivos e táteis;
- Dificuldade para integrar-se ao meio;
- Necessidade de supervisão em atividades de auto-cuidado;
- Aprendizagem lenta, com atraso acentuado no rendimento escolar.

Mas a SEED - Pr (1997, p. 11), enfatiza que a Deficiência Mental não é doença mental. Uma pessoa portadora de deficiência mental é, em primeiro lugar, uma pessoa.

BUSCAGLIA (1993, p. 190), ao referir-se aos deficientes como pessoas, fala das suas necessidades efetivas que são ignoradas, e a luta por eles enfrentada, quando se defrontam com a rejeição, a dor e a solidão.

Nas palavras do mesmo autor, a atitude da maioria dos profissionais sugere que, quando as suas necessidades efetivas não são reconhecidas, elas passam. O resultado dessa atitude é que, em lugar dos terapeutas ajudarem os portadores de deficiência a amarem a si mesmos, ensinam-lhes de muitas maneiras sutis, a se depreciarem. Em vez de lhes mostrarem que devem aceitar sua individualidade, sugerem que a escondam, disfarcem-se e tentem ser normais. Incutem-lhes a estrondosa mentira de que existe segurança na normalidade.

Segundo o autor, os deficientes devem aprender que somente eles são responsáveis pela determinação do que serão, de quais obstáculos precisarão superar, do que farão de sua vida e como o farão. A eles são devidos o mesmo amor e respeito dados as outras pessoas. É importante que discutam sentimentos, briguem, concordem, discordem, preocupem-se, recebam elogios e reprimendas, e todas as coisas infinitas que acompanham a formação de uma pessoa que sabe amar. É preciso que tenham acesso à extraordinária sensação da liberdade: de ser, tentar, falhar, crescer, sentir prazer, rir, chorar, sofrer.

Enfim, é imprescindível que se considerem as idéias de respeito às diferenças individuais e do direito à igualdade de oportunidades que todos devem ter, sem discriminações ou privilégios, tendência hodiernamente reconhecida (CARVALHO, p. 93).

2.1 CLASSIFICAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL

A definição de deficiência, segundo a edição revisada da terminologia da Educação Especial (UNESCO, p. 32), dispõe a seguinte abrangência de significado:

6. *Deficiente, deficiencia*, som términos generales que denotan carencia o insuficiencia que puede ser física, sensorial o intelectual.

Invalidez, inválido se refiere a insuficiencia motriz. Trastorno, perturbación, desorden, indican mal funcionamiento. *Inadaptación* se aplica en sentido psicosocial. Déficit indica lo que falta respecto al promedio.

Em inglês *deficiency* es término general que se aplica a una función inadecuada. *Disorder, impairment* se refieren a deficiencia sensorial. *Disturbance* indica mal desarrollo psicológico o social. *Disability* habitualmente se usa en relación a la función motora pero puede referirse también a logros insuficientes en otras funciones (ejemplo “**language disability**”) *Difficulty*, de uso mas frecuente actualmente, no especifica algún motivo particular de logros insuficientes.

En Francés *déficient y déficiencia* son los términos más generales, *déficit* más que una carencia indica que se halla debajo del prometido. *Infirmité y arriération* se aplican al deterioro sensorial o intelectual, mientras que *invalidité* se aplica a la deficiencia física que dificulta o hace imposible el trabajo. *Inadaptation, perturbation y troubles* se usan en el campo psicosocial.

En ruso las palabras correspondientes a los términos españoles son los siguientes *nedostatocnost'*(deficiencia), *defekty oporno-dvigatel'nogo apparata* (insuficiencia motora), *obstalost'* (insuficiencia mental), *invalidnost'* (invalidez) *neprisosoblennost'* (inadaptación) y *naraseniya* (transtorno).

O funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, observado durante o período de desenvolvimento integral do organismo, e que leva a deficiência no comportamento adaptativo, conforme a Associação Americana de Retardo Mental (A.A.M.R.), é definido como “retardo mental”.

O funcionamento intelectual pode ser avaliado por testes padronizados. O escore alcançado num teste de inteligência é comparado com a média estatística obtida por pessoas, consideradas normais, pertencentes à mesma faixa etária SEED (1994, p. 54).

A preocupação com relação aos diversos graus de deficiência mental, tornou-se maior a partir da Escala de Testes Stanford Binet, que classifica o indivíduo em termos de quociente de inteligência (QI).

A Organização Mundial de Saúde (OMS - 1968), apresenta uma proposta que passa a ser mais utilizada:

VNI - Variações Normais de Inteligência	QI 70 a 90;
• Deficiente Mental Leve	QI 53 a 70;
• Deficiente Mental Moderado	QI 35 a 52;
• Deficiente Mental Severo	QI 20 a 34;
• Deficiente Mental Profundo	QI abaixo de 10.

A tabela adotada pela American Association of Mental Deficiency, revisada em 1973 e aprovada pela OMS, é obtida através de provas psicométricas de inteligência de Stanford Binet-Cartell e Escala de Wechsler:

NÍVEL	QUOCIENTE OBTIDO	
	Stanford Binet-Cartell (desvio padrão 16)	Escala de Wechsler
Leve	57-52	69-55
Moderado	51-36	54-40
Severo	35-20	39-25
Profundo	abaixo de 19	abaixo de 14

BINET, Alfred, 1929.

Esses níveis não são rígidos, podendo sofrer mudanças segundo a forma de atendimento e o emprego de métodos e processos de educação.

A deficiência mental pode manifestar-se desde o grau leve até o profundo.

No entanto, é de se observar que o seu próprio significado sofreu evolução e se apresenta mais complexo.

GALLAGHER (1996, p. 121), distingue a definição atual da AAMD em relação às tentativas anteriores pela ênfase atribuída ao comportamento adaptador combinado à subnormalidade intelectual, conforme se vê no quadro seguinte:

Definição	Explicação
A deficiência mental refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média.	Definido como um escore em testes de inteligência inferior aos obtidos por 97 a 98 por cento das pessoas da mesma idade.
que coexiste com falas no comportamento adaptador	Satisfazer padrões de independência e responsabilidade social esperados do grupo etário e cultural (isto é, aprender habilidades acadêmicas básicas, participar de atividades apropriadas ao grupo social).
e se manifesta durante o período de desenvolvimento. (Grossman, 1977)	Deve ser observável durante a infância. Problemas de natureza semelhante em adultos seriam provavelmente classificados de doença mental e não de deficiência mental.

A subnormalidade intelectual pois, restringe mais, no quadro das teorias, ao exclusivo desempenho nos testes de inteligência. O fator adaptabilidade atribui grande complexidade não só ao conceito de deficiência mas às condutas de orientação ao portador de deficiência.

GALLAGHER (1996, p. 122), resume o significado de comportamento adaptador à interferência de fatores externos, ou seja, à referências proporcionadas pelo quadro ambiental em que o sujeito portador de deficiência está inserido. E, afirma que, com a inclusão do fator adaptabilidade, a condição de deficiência se torna contingente tanto em relação ao desempenho intelectual quanto à capacidade do indivíduo de responder às demandas da sociedade. Assim,

Se um determinado ambiente cria mais demandas que outro, enfrentamos a perturbadora verdade de que a criança pode ser deficiente mental em uma comunidade mas não em outra, na escola mas não na vizinhança, durante uma época de sua vida mas não em outra. Embora existam controvérsias sobre o desenvolvimento intelectual pode ser modificado, todos aceitam que o comportamento adaptador das crianças deficientes mentais pode ser influenciado por treinamento. Consequentemente, e até a subnormalidade educacional através de programação educacional ou modificações do meio ambiente social. GALLAGHER (1996, p. 123)

A aplicação da sub-categoria adaptabilidade ao conceito de subnormalidade intelectual implica que redimensionar e requalificar os termos que classificam, e identificam os portadores de deficiência e balizam a intervenção educacional que lhes corresponde.

Assim passa-se a entender o portador de deficiência como educável, treinável e deficiente grave profundo.

Níveis de deficiência mental

	Educável	Treinável	Grave/ Profundo
Etiologia	Predominantemente considerada uma combinação do fator genético, com más condições econômicas e sociais.	Grande variedade de problemas glandulares ou metabólicos, que podem resultar em retardo grave ou moderado.	
Prevalência	Aproximadamente 10 em cada 1.000 pessoas.	Aproximadamente 2 a 3 em cada 1.000 pessoas.	Aproximadamente 1 em cada 1.000 pessoas.
Expectativas Educacionais	Terá dificuldade no programa escolar normal para uma educação adequada.	Necessita maiores adaptações nos programas educacionais; foco em cuidar de si mesmo ou nas habilidades sociais; esforço limitado nas matérias tradicionais.	Necessitará treinamento para cuidar de si mesmo (alimentação, vestuário, toalete).
Expectativas para a vida adulta	Como treinamento pode se adaptar produtivamente a nível qualificado ou não-qualificado.	Pode se adaptar social e economicamente em oficinas especiais ou, em alguns casos em tarefas rotineiras, sem supervisão.	Sempre precisará de assistência.

A identificação das crianças deficientes mentais é feita através de procedimentos aceitos de medição de subnormalidade intelectual e adaptação social. A outra dimensão, a adaptação social, é um conceito muito menos definitivo.

Atualmente utilizam-se mais de duas medidas de comportamento adaptador.

Escala de Comportamento Adaptador da AAMD.

É dividida em duas partes:

- Primeira: contém dez áreas de competência, incluindo funcionamento individual, desenvolvimento físico, desenvolvimento de linguagem e atividades educacionais;
- Segunda: contém doze áreas de comportamento desajustado, incluindo comportamento anti-social, desconfiança, devaneios, maneiras inadequadas, hábitos inaceitáveis ou excêntricos e hiperatividade.

Quantas crianças são deficientes mentais?

Existe uma grande variedade de estimativas e uma série de razões para os pesquisadores obterem números diferentes de prevalência, entre as quais:

1. São usados limites diferentes de QI para a subnormalidade intelectual.
2. Modos diferentes de determinar comportamento adaptador.
3. Locais diferentes têm proporções diferentes de classes sociais.

Finalmente, é de se considerar a expansão das teorias psicológicas, principalmente daquelas que trabalham o conceito de inteligências múltiplas.

As pessoas portadoras de retardo mental de grau leve, público alvo de nosso trabalho, representam a maioria (cerca de 85%) da população com retardo mental. A criança apresenta atraso leve no desenvolvimento mas, geralmente, até a idade escolar, não se diferencia de seus pares considerados normais. As dificuldades

aparecem ao ingressar na escola, onde não corresponde às expectativas educacionais, principalmente em relação aos aspectos acadêmicos referentes à leitura, à escrita e aos conteúdos matemáticos.

2.2 LEGISLAÇÃO

“Nº 15. A integração integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam dois métodos complementares de ministrar o ensino a pessoas com necessidades educativas especiais. Ambas se baseiam no princípio da integração e participação e representam modelos bem comprovados e muito eficazes em termos de custo para fomentar a igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais, que faz parte de uma estratégia nacional cujo objetivo é conseguir a educação para todos. Declaração de SALAMANCA (7-10/06/1994).”

A preocupação legal com o portador de deficiência, se destaca a partir da Declaração dos Direitos da Criança e a Declaração dos Direitos do Deficiente, que visam assegurar a todas as pessoas o desenvolvimento de uma vida digna em sociedade, princípios estes absorvidos pelos países que, após a Segunda Guerra Mundial, optaram pelo regime democrático.

A Constituição Brasileira preconiza, no artigo 205, que todos têm direito à educação, preceito este que, na prática, ainda não se concretizou, pois as estatísticas e a literatura vêm mostrando, insistentemente, que um grande número de crianças e adolescentes em idade escolar estão à margem do processo educacional.

Quando se trata de ofertar educação aos deficientes o problema se agrava, haja vista que esta vem se concretizando, tradicionalmente, através de instituições especializadas de caráter particular, embora se possa identificar uma crescente preocupação dos estados brasileiros, em difundi-la na rede pública de ensino.

MAZZOTA (1995), reconstrói a história da Educação Especial no Estado de São Paulo, oferecendo uma visão sintética do quadro brasileiro deste século passado e conclui pela, incogruência entre discursos e políticas adotadas.

A Constituição Federal (1988) estabelece, no artigo 200, inciso III, que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência se fará preferencialmente na rede regular de ensino.

O direito dos portadores de deficiência à educação, está revisto em dois outros dispositivos legais de âmbito federal, destacando-se a Lei 7835/89, que estabelece os Direitos da Pessoas Portadoras de Deficiência.

Nesta Lei há previsão de matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capaz de se integrar no sistema regular de ensino, constituindo crime recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

Os direitos dos portadores de deficiência são também garantidos pela Lei 8069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Educação Especial se respalda, preponderantemente, entre os objetivos da Lei 4.024/61, incorporado pela Lei 5.692/71, quando dispõe sobre a obrigação de *“Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento que suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”*.

A garantia da seguridade educacional aos portadores de necessidades especiais, mereceu um capítulo específico (Capítulo V) na última reforma

educacional constitucional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Educação Especial mereceu o capítulo XIV, que contém três artigos. O artigo 78 define a Educação Especial como “*modalidade de educação escolar*, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (grifo meu) e detalha situações a serem asseguradas para seu desenvolvimento. O artigo 79 dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas (currículo e desenvolvimento curricular, qualificação de professores), além de acesso aos programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular. No Artigo 80, reitera-se o atendimento preferencial aos educandos com necessidades especiais, no ensino regular e sua ampliação, além de dispor que os órgãos normativos dos sistemas de ensino deverão estabelecer critérios para a caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e que atuam na Educação Especial.

Além do que já foi destacado no capítulo XIV, é oportuno salientar, ainda, alguns pontos sobre o Projeto de LDB:

- * menciona, explicitamente, portadores e deficiências, superdotados e portadores de necessidades especiais, como clientela que poderá demandar educação especial;
- * situa a educação especial como modalidade de educação escolar;
- * reitera a preferência ao ensino regular para todos os educandos, inclusive quando requerem atendimento especializado, ao nível de educação básica;
- * define as instituições privadas confessionais, comunitárias ou filantrópicas, incluindo-as no sistema de ensino somente quando tiverem objetivos educacionais;
- * determina a caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e que atuam na educação especial, conforme critérios estabelecidos pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino;
- * destaca, dentre as garantias didáticas diferenciadas, o currículo, o desenvolvimento do currículo e a qualificação dos professores.

Os parâmetros definidos neste projeto de lei colocam, objetivamente, a educação especial no contexto da educação escolar. Caso sejam aprovados e apropriadamente interpretados, em muito contribuirão para consolidar a educação especial como alternativa competente para a educação escolar de um importante segmento da população brasileira. A sua operacionalização deverá assegurar a coerência com os princípios definidos. Vale lembrar que dentre os mais importantes elementos da organização da educação escolar (comum ou especial) destaca-se como fundamental o professor. Assim, é oportuno reiterar que “garantir uma posição social e intelectual condizente com a responsabilidade pública do professor, constitui condição fundamental para que o país possa ter uma escola que seja uma agência de construção da cidadania” MAZZOTA (1996, p. 88-90).

Além da legislação anteriormente citada, o Estado Paraná, paralelamente a sua Constituição, de 05/10/89, obedece uma legislação específica que norteia a Educação Especial. **SEED - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL** (1994, p. 13-14).

Com relação ao **trabalho** do portador de deficiência, a proibição de discriminação quanto a salário, critérios de admissão do trabalhador e acesso aos cargos públicos, a legislação é muito clara e esses direitos estão expressos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na Lei nº 7.853/89 há determinação de apoio governamental à formação e orientação profissional, garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos regulares voltados à formação profissional; empenho do poder público quanto ao surgimento e manutenção de empregos, também de tempo parcial, destinado a pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos cargos comuns; à proporção de ações eficazes que propiciarem a inserção nos setores públicos e privados de pessoas portadora de deficiência; à adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor dessas nas entidades de administração pública e do setor privado e que regule a organização de oficinas congêneres integradas ao mercado de trabalho e a situação nelas das pessoas portadoras de deficiência, constituindo crime obstar em justa causa ao acesso de alguém a cargo público, por problemas de deficiência, ou negar, por motivos derivados de deficiência, emprego ou trabalho (Art. 8º, incisos II e III).

A Lei Federal nº 8213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, estipula que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a proporcionar de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos como beneficiários da previdência reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, nas seguintes proporções: I - até 200 empregados - 2%; II - de 201 a 500 empregados - 3%; III - de 501 a 1000 empregados - 4%; IV - de 1001 empregados em diante - 5% (Art. 93).

A dispensa do trabalhador reabilitado ou portador de deficiência habilitado só pode ocorrer após contratação de substituto de condições semelhantes, cabendo ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e habilitados, fornecendo-a, quando solicitado, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

No município de Curitiba é assegurado percentual de 5% (cinco por cento) do total de cargos da administração direta e indireta, sendo que, nos editais de concurso deverão ser destinadas vagas às pessoas portadoras de deficiência, compatíveis com o exercício das atribuições do cargo (Lei Municipal n.º 7.600/91).

2.3 O DEFICIENTE MENTAL LEVE E A FAMÍLIA

“A partir do momento em que uma criança ou um adulto deficiente é trazido para casa, vindo de um hospital, o clima emocional da família se transforma. Naturalmente, esse fenômeno ocorre mesmo com a chegada de um bebê normal Os climas emocionais variarão e sofrerão mudanças decorrentes dos estímulos externos. No entanto, em um lar que agora se defronta com um indivíduo deficiente, os integrantes, que até esse momento estiveram seguros em seus papéis bem definidos, terão de passar por uma mudança drástica” BUSCAGLIA (1993, p. 85).

A experiência das autoras desta monografia, junto à crianças DML, demonstra que o trabalho se torna muito difícil quando não existe conscientização da família, considerada a primeira célula social da qual a criança faz parte, constituindo seu único universo nessa fase da vida.

A participação de membros da família, no processo de desenvolvimento do DML os torna mais conscientes da problemática e lhes traz gratificações, na medida em que se sentem agentes responsáveis pela evolução da criança.

Após a confirmação do diagnóstico de “perda” da criança normal, os pais se encontram em estado de choque, por estarem vivenciando uma situação de angústia ante o desconhecido. Muitas vezes, esta situação emocional os impede de assimilar as orientações recebidas e as informações transmitidas pelos profissionais que estão lidando com a criança. Daí a importância, para o atingimento dos objetivos de um programa, de se propiciarem aos pais as condições de verbalizar seus sentimentos, participar e principalmente, receber apoio que tanto necessitam nesse momento.

BUSCAGLIA (1993, p 85), quando analisa o papel da família do deficiente, é decisivo quando diz: *“Todos os fatos em relação ao papel da família são verdadeiros no que se refere à família do deficiente. Porém há provas que indicam que os problemas serão mais intensos no caso de uma família com um membro deficiente”*.

Na continuidade do seu argumento, o autor avalia o clima emocional que envolve a família a partir do momento em que sentiu o impacto do acontecimento estranho e misterioso: um de seus membros é deficiente. Daí a idéia errada de tentar disfarçar os fatos, pois na maioria das vezes esse comportamento representa uma forma inconsciente de esquivar-se a uma responsabilidade desagradável. Os fatos disfarçados e as emoções negadas é que dão lugar ao medo, à confusão e à impotência, roubando o lugar de uma ação legítima.

Segundo BUSCAGLIA, as pesquisas clínicas revelam que a maior influência sobre a aceitação ou rejeição da criança deficiente pela família se funda na mãe. Se ela é capaz de lidar com o fato com aceitação e segurança razoáveis, de uma forma bem ajustada, a família será capaz do mesmo. Banish (1961), citado por

BUSCAGLIA (1993, p. 86), descobriu que as crianças seguem as atitudes dos pais no que se refere a um deficiente na família. Se a mãe se torna melancólica, chorosa, desapontada, desajeitada e lamentosa, o pai e os irmãos seguirão o seu exemplo.

BUSCAGLIA, deixa evidente, entretanto, que existem outros fatores que afetarão o papel da família na aceitação ou não do deficiente e que a sua presença causará problemas que exigirão de cada membro redefinições de papéis e mudanças, mesmo após o primeiro impacto. A família poderá atuar de uma forma bastante positiva, como mediadora entre a sociedade em que seu filho terá de viver e o ambiente mais consciente e receptivo que ela pode lhe oferecer.

CRUICKSHANK e JOHNSON (1975), em sua obra: "Educação da criança e do jovem excepcional", procuram dar um foco que compactua, em parte com BUSCAGLIA, quando diz que, na verdade, é muito difícil compreender a situação dos pais, a menos que se tenha defrontado intimamente com o problema de um excepcional na família. *"Nos pais estão concentradas todas as atitudes da sociedade culturalmente determinadas, além de suas próprias esperanças e aspirações mutiladas em relação ao filho"* CRUICKSHANK e JOHNSON (1975, p. 17). Não raras vezes, os pais não desejam a presença do deficiente em sua casa e se o caso é de DML a tendência é de recusar a existência do caso.

Inúmeros fatores podem influir na não aceitação do deficiente pela família: sentimentos de culpa dos pais, sentimento de fracasso, desapontamento, frustração... As colocações de BUSCAGLIA e CRUICKSHANK e JOHNSON, deixam evidente que quando o DML, é aceito e estimulado pela família, poderá atingir um bom nível de segurança e auto determinação. Se, entretanto, houver

rejeição familiar, todo o trabalho educacional ou profissional estará comprometido. Constata a experiência das autoras, que o envolvimento dos pais pressupõe sua participação ativa nos programas destinados a desenvolver as habilidades do seu filho e, quando ocorre a interação da família com a equipe de reabilitação, o maior beneficiado é o deficiente.

CANZIANI (1985, p. 64), vê o estado emocional dos pais de criança com deficiência, como uma situação que exige, na maioria das vezes, uma terapia, além de um educador especializado, que atue na abrangência transdisciplinar e que os ajude a resolver os problemas que se apresentem.

Com relação à posição adotada pelos pais a respeito do filho, CANZIANI os distingue da seguinte maneira:

- os que os aceitam;
- os que os negam;
- os que os super-protegem;
- os que inventam defesas;
- os derrotados.

Daí a importância da compreensão, da cooperação e confiança recíprocas, que favorecerá o clima das boas relações entre a família e o educador de forma segura, contribuindo para o aprimoramento do processo educacional. Segundo a autora, são vários os meios de se promover esta relação entre o professor e a família, ou o meio em que a criança vive, e que é constituído:

- pelos pais;
- pelos irmãos;
- por outros familiares.

Concordam as Autoras desta monografia com os autores e com base na sua experiência, concluindo que é preciso que a família participe das deliberações do que deva, ou não, ser feito com o DML no que se refere à habilitação profissional. O apoio da família na sua vida profissional é o fator determinante da sua integração na comunidade.

2.4 A DEFICIÊNCIA MENTAL LEVE E O PROGRAMA DE ENSINO

O DML não é uma pessoa doente. Partindo desse pressuposto, pode-se considerar, que ele está sujeito a uma “condição”, que o levará a um desenvolvimento mais vagaroso, sendo incapaz de aproveitar suficientemente o programa da escola regular, podendo entretanto, aprender e chegar a ótimos resultados numa escola especial. Na área do desenvolvimento intelectual é que o DML demonstra seu maior desvio e incapacidade.

De acordo com BINET (1929, p. 41), “é na área do desenvolvimento intelectual que a criança demonstra seu maior desvio e incapacidade”.

Denominadas como “crianças retardadas mentais educáveis” por CRUICKSHANK e JOHNSON (1975, p. 215), eles as analisam como normais ou que estão dentro dos limites de variação normais, na maioria das áreas de seu desenvolvimento. O seu desvio primário está na área do crescimento intelectual, em que o desenvolvimento é significativamente retardado. À parte este único desvio e o impacto que pode ter sobre o crescimento e desenvolvimento em aspectos onde a inteligência desempenha um papel significativo, as crianças retardadas educáveis

se parecem, reagem e crescem essencialmente da mesma forma e aproximadamente no mesmo ritmo que as crianças normais.

Segundo os autores, os ambientes de aprendizagem devem ser planejados e providenciados de maneira que capacitem a criança que atua em nível de retardado educável a receber aquelas experiências de aprendizagem que a ensinarão a usar a sua inteligência tão eficientemente quanto possível. Os objetivos de um programa educacional para o retardado mental educável, em geral são os mesmos para todas as crianças, pois ambos devem ser educados de maneira a fazer uso máximo de suas capacidades, não só para satisfazer suas próprias necessidades, como as exigências sociais.

Os autores apontam três objetivos específicos de um programa para crianças DML, que são os seguintes:

1. *Ajustamento pessoal ou emocional*; fundamental para a aquisição de habilidade social e ocupacional. As pessoas têm certas necessidades básicas que consistem em ter oportunidades para participar de atividades úteis, em sentir que são membros valiosos e colaboradores de um grupo, em ser aceitas pelo que são e em ter sucesso no desempenho dessas atividades proveitosas. Em muitos casos, para o DML, é extremamente difícil satisfazer essas necessidades numa sala de aula comum. Numa classe especial, na qual as crianças DML são agrupadas com *seus iguais*, as experiências educacionais e a instrução no seu nível evolutivo, são fatores que tendem a reduzir as frustrações e os sentimentos de inadequação. Desta maneira, o comportamento manifestando um reflexo do ajustamento emocional, tende a melhorar notável e impressionantemente em muitos casos, depois da colocação numa instituição especial.

2. *Ajustamento social*; o objetivo máximo na área do ajustamento social é a independência completa na sociedade em geral. O objetivo pode ser atingido ensinando-se a criança a ajudar-se de acordo com o seu nível evolutivo.
3. *Ajustamento econômico*; a consecução deste objetivo depende, em grande parte, do ajustamento pessoal e social. Estudos indicam que a maioria dos DML que perderam o seu emprego, tiveram como fator determinante, a falta de esforço consciente e a incapacidade de conviver com seu empregador ou colegas, porém dificilmente, a causa foi falta de habilidades manuais. Sendo este o caso, o objetivo de habilidades vocacionais e de experiências profissionais que levam à independência econômica deveriam ser enfatizados somente depois que outros objetivos fossem alcançados. As áreas de trabalho e os conceitos específicos, os conhecimentos e habilidades necessárias, deverão ser reservados para as classes secundárias, quando então o material é significativo e tem valor imediato. A grande maioria do DML capazes de emprego e de conseqüente independência econômica ganhará sua vida em trabalhos não especializados e semi-especializados, necessitando pouco treinamento específico.

Esses objetivos de um programa para DML, apresentados por CRUICKSHANK e JOHNSON, não são alcançados independentemente, com experiências diretas específicas. Juntos - ajustamento pessoal e emocional, ajustamento social e ajustamento econômico - formam o cerne unificador do programa total num relacionamento e numa interdependência.

As colocações feitas por CRUICKSHANK e JOHNSON, e pelos demais autores citados neste enfoque, mostram a possibilidade de se integrar a criança DML com as crianças das classes regulares, obviamente de forma progressiva e

considerando-se suas limitações. Evidentemente não se pretende oferecer ao DML as mesmas experiências educacionais, mas diferentes experiências baseadas em suas necessidades, que lhes proporcionem o desenvolvimento e ajustamento adequados.

“Se o que determina a vida humana não é o que se sabe, mas o que cada um faz do que sabe (ou do que não sabe) se o que determina a felicidade ou infelicidade na vida social não é o potencial mais ou menos brilhante de suas possibilidades, então dar-nos-emos conta de que o principal problema pedagógico que se deve resolver é o de que a criança aprenda a utilizar e subordinar seu instrumento psíquico, qualquer que seja seu valor, de modo justo e equilibrado” MIRA (1968, p. 90).

CANZIANI (1985, p.42), faz algumas considerações que devem ser observadas antes de se elaborar um plano de atividade destinado ao portador de deficiência e os coloca da seguinte maneira:

Avaliar - o grau de desenvolvimento do aluno observando a sua conduta social e relacionamento inter-pessoas.

Planejar - as atividades e classe atendendo as necessidades individuais, educando o indivíduo dentro de suas possibilidades, levando-o a agir sozinho, a reconhecer por si, tendo por objetivos: auto realização; boas relações sociais; independência econômica e realização profissional.

A autora enumera como princípios gerais dessa educação:

- Ensino Individualizado;
 - Ensino Concreto - atividades próprias do aluno, isto é, recorrer às atividades motoras e sensoriais, na mesma proporção, senão com maior intensidade que as atividades intelectuais.
 - Preparar o aluno para a vida adulta, fazendo com que seja o mais possível idêntica à vida normal, levando à socialização e a um caráter utilitário do ensino.
- O caráter utilitário do ensino deve caracterizar-se pela imediata aplicação, ou

adaptação de todas as noções à vida prática, através de: lições de vida prática; trabalhos manuais (associados com a educação motora); oficinas (independência econômica e realização profissional).

Com relação às precauções, a autora aconselha:

- Dar ordens de maneira clara e precisa, com modelos objetivos, baseados nas experiências ou conhecimentos anteriores;
- Partir sempre do concreto;
- Procurar usar primeiro o material natural (pedra, folha, areia, etc).

Quanto ao Programa de atividades, estes devem desenvolver as funções sensório-motoras e intelectuais.

Estudos realizados sobre a criança e aplicáveis ao segmento nominado educável dão conta da diversidade de perfis deste grupo. Por este motivo, para GALLAGHER (1996), a natureza da programação educacional especial deve se adaptar às características diferenciadas que essas crianças revelam e que as distinguem de seus companheiros. Essa diversidade se aplica ao plano pessoal e social. Muitos dos problemas do DML estão, segundo o mesmo autor, relacionados em características pessoais e sociais, onde deixa claro que ainda não se sabe ao certo se as limitações da criança e do adulto deficiente mental também limitam seu ajustamento social. O modo progressivo pelo qual a experiência influencia o comportamento é resumido por Kauffman e Payne (1975), citado por GALLAGHER (1996, p 138):

1. Os indivíduos deficientes mentais sentem mais os fracassos do que as crianças normais e, conseqüentemente, desenvolvem maiores expectativas generalizadas ao fracasso. A predisposição para esperar o fracasso tende a fazer com que as crianças deficientes mentais evitem situações em que fracasso é provável.
2. Crianças deficientes mentais entram em situações novas com desempenho geralmente debilitado, até mesmo abaixo de sua habilidade mental.

3. As crianças deficientes mentais tendem menos do que as normais a aumentar o rendimento após um pequeno fracasso.

As colocações dos autores pesquisados na elaboração deste enfoque passam às autoras desta monografia um pensamento conclusivo no qual a integração do professor com os demais profissionais da área pode ser fundamental, pois cada um é especialista em um aspecto diferente; havendo troca de informações, torna-se possível uma ampliação do conhecimento para cada caso e possibilidade de solucionar os problemas existentes.

Qualquer programa que vise a ocupação profissional deve ser muito bem planejado, e o DML deve ser colocado em muitas atividades que lhe proporcionem oportunidades de avaliar-se a si mesmo e suas capacidades em função das exigências do serviço através de uma experiência direta com o emprego.

2.5 O DEFICIENTE MENTAL LEVE E A SUA PERSPECTIVA DE TRABALHO

É no exercício profissional que os portadores de deficiências, independente de suas limitações, estabelecem relações com seus semelhantes, as quais passam a se constituir na mola mestra do crescimento interior e da exteriorização das aspirações e manifestações mais profundas do ser humano.

A integração do indivíduo portador de deficiência mental na sociedade, através do trabalho, demonstra uma preocupação com o cumprimento de um dos mais importantes objetivos da Educação Especial. Essa inclusão é, sem dúvida, aproximá-lo do que se entende por “normalidade”. Entretanto, a sociedade mostra-

se resistente, estabelecendo um movimento contrário, muitas vezes travestido de falsas ponderações simpáticas, e tenta por todos os meios excluir o “diferente” de seu convívio. Além das conseqüências pessoais e sociais, esta exclusão acaba por impedir o deficiente de ter uma relativa dependência financeira, em relação a sua família, contribuindo para o seu sustento.

Infelizmente, o fato do deficiente freqüentar uma Escola Especial já o exclui da “normalidade”. Esta é uma realidade onde os responsáveis ficam “entre a cruz e a espada”, visto que, ao mesmo tempo em que a Escola Especial integra, ela exclui o deficiente. Do mesmo modo procede-se na formação para o trabalho, onde se criou uma concepção de que o deficiente mental, mesmo leve, só possui habilidades artesanais, que devem ser desenvolvidas e executadas dentro dos muros institucionais.

Esta realidade, infelizmente, está sobremaneira arraigada na sociedade. Ao deficiente raramente é dada a palavra, e suas reações, na maioria das vezes, são entendidas e circunscritas ao seu quadro de anormalidade, o que elimina as possibilidades de se perceber comportamentos significativos que superem tais limites. De uma certa forma os educadores ampliam as técnicas e mudam as estratégias, mas não é mudada a forma de relacionamento com os deficientes.

A constatação desta realidade deixa bem clara a situação atual: “ao deficiente cabe a tarefa de adaptar-se para que seja considerado preparado para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho”.

A motivação para essa monografia, veio de uma segunda constatação, na qual o professor encontra-se numa posição vantajosa para observar as necessidades efetivas dos seus alunos. A avaliação destas necessidades é da

máxima importância e é realizada de maneira mais eficiente através do simples processo de permitir que os alunos falem de si mesmos e deixem transparecer seus sentimentos e expectativas com relação ao hoje, ao amanhã e também à vida profissional.

2.6 AVALIAÇÃO

A avaliação é o fator determinante do sucesso do DML no seu treinamento ou no seu trabalho. Colocar a pessoa certa no lugar certo. Uma avaliação criteriosa pode dirigir o portador de deficiência ao caminho adequado, melhorando suas oportunidades e marcando positivamente sua presença na sociedade.

Alguns aspectos muito importantes devem ser avaliados, quando se pretende que o portador de deficiência leve exerça uma atividade profissional. Esses aspectos, que serão enunciados logo a seguir, são trabalhados por diversos autores e constatados, pelas autoras desta monografia, em seu campo de trabalho, no dia a dia, como fundamentais no processo de avaliação. Concorde-se, portanto, em enumerá-los:

- relativa ou total independência na execução de uma tarefa;
- rapidez;
- interesse financeiro;
- responsabilidade;
- capacidade de trabalhar em grupo;
- tolerância à repetição;
- resistência à fadiga;

- defesa quanto à frustrações;
- possibilidade de locomoção;
- facilidade de comunicação;
- aceitação da autoridade;
- reconhecimento dos recursos da comunidade;
- capacidade de concentração;
- assiduidade e pontualidade;
- destreza;
- bom relacionamento com supervisores e colegas;
- aceitação no trabalho.

Considera-se que a avaliação deve ser um processo contínuo de observação, sistemático e com objetivos bem definidos.

CANZIANI (1985, p. 71), estabelece os mecanismos de uma avaliação, cujo objetivo é permitir que o deficiente atinja sua auto-realização pessoal como elemento ativo na comunidade do trabalho. Seriam eles:

Situação trabalho-estudo

- Antes do treinamento;
- Durante o treinamento;
- No final do treinamento.

Equipe Multidisciplinar

- Psicólogo;
- Assistente Social;
- Clínico;
- Técnico em aprendizagem profissional;

- Professores especializados;
- Outros.

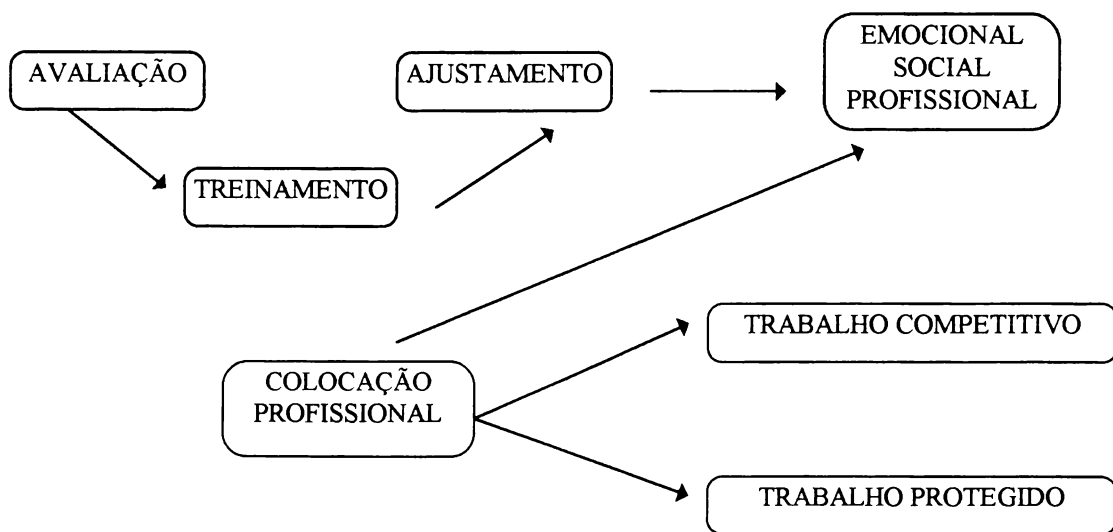
No conceito tradicional de avaliação, segundo a autora, era medido o grau de “perfeição” física ou mental, deixando-se de lado as reais possibilidades de desempenho do candidato, onde se evidenciavam apenas as qualidades “negativas” das pessoas, num contexto totalmente discriminatório.

O conceito moderno de avaliação leva a buscar, como ponto de referência para atender às necessidades básicas das pessoas portadoras de deficiências, as suas limitações bio-psico-sociais com o intuito de satisfazer tais necessidade, desenvolvendo qualidades, habilidades e potencialidades para que seu desempenho laborativo atinja os níveis de suas capacidades, permitindo sua auto-realização com vistas a sua integração no meio em que vive.

Essa avaliação deverá abordar aspectos que não só possibilitem às pessoas com deficiência conhecerem-se a si mesmas, mas que também e ao mesmo tempo, permitam ao orientador, supervisor ou outro profissional responsável pelo treinamento ou colocação profissional conhecerem o perfil de habilidades daquelas pessoas. A avaliação dessas potencialidades é o primeiro passo a ser considerado no processo da profissionalização do portador de deficiência. Essa avaliação deverá ser realizada por profissionais experientes e constituir-se de:

- *Avaliação Psicológica:* Realiza-se através de testes, entrevistas e outras técnicas. Nesta avaliação o psicólogo determinará as características de personalidade, aptidões, interesses, níveis de rendimento escolar, *hobbies*, etc.
- *Avaliação Social:* avalia o ambiente sócio-familiar de onde procede o portador de deficiência. Condições da família, aceitação ou rejeição do deficiente, integração.

- *Avaliação Médica*: verifica se há necessidade de tratamento médico antes de iniciar o treinamento ou o próprio trabalho.
- *Avaliação Profissional*: são considerados, nesta avaliação, os interesses, o potencial, as características da personalidade, os conhecimentos educacionais, o treinamento social e vocacional, adquirido, as experiências de trabalho, etc. e também as condições do ambiente sócio-familiar de onde a pessoa deficiente provém, além dos benefícios que poderia receber nas diferentes situações de trabalho. Também durante esse processo poderá ser feito o estudo das possibilidades de colocação conforme as solicitações do mercado de trabalho.
- *Avaliação na Situação de Trabalho*: nesta fase o deficiente é colocado em diferentes tipos de trabalho, para provar suas habilidades e o desenvolvimento das mesmas. Uma avaliação apropriada pode dirigi-lo ao caminho adequado, podendo também melhorar suas oportunidades de marcar positivamente sua presença na sociedade.



2.7 PREPARANDO PARA O TRABALHO

“Trabalhar é situação normal na sociedade em que vivemos, inclusive para o excepcional, que completa seu processo educativo quando está apto a ser incorporado à força de trabalho da comunidade em que vive” PEREIRA (1977, p. 13).

O trabalho é um aspecto da educação integral do aluno. É importante educar para “o trabalho” e não para “um trabalho”.

Sabe-se que uma parcela significativa dos alunos deficientes, por suas próprias limitações, são isolados do mercado de trabalho. Entretanto, cabe aos responsáveis pela Educação Especial amenizar, da melhor forma possível, esta situação. As pessoas envolvidas no processo educativo devem e podem desenvolver, através de atividades pedagógicas, atitude participativa, espírito de trabalho em grupo, senso crítico e responsabilidade.

PEREIRA (1977, p.69), diz que todos têm condições de realizar um trabalho, seja protegido, seja competitivo. A profissionalização e a orientação do portador de deficiência não podem ser realizadas ao acaso, mas devem ser fruto de um plano estruturado e com objetivos bem definidos, uma vez que todos apresentam condições de desempenhar trabalho. É pois, importante atender às necessidades do mundo empresarial. Face a tal compreensão, o portador de deficiência mental deve ser preparado com base em currículo profissionalizante bem estruturado, com objetivos comportamentais bem delineados, para que tenha alguma coisa a oferecer à sociedade e ao mundo do trabalho.

A profissionalização é um direito do homem, portanto é um direito do deficiente enquanto ser humano. Em relação a esta exigência, pode-se considerar que houve um relativo avanço na sua organização nos últimos anos. Já existem

estratégias normalizadas para o atendimento dos portadores de deficiência, das quais destacamos a Oficina Pedagógica, a Escola-Empresa, as Oficinas Protegidas e os Núcleos Cooperativos.

Oficina Pedagógica

De acordo com o MEC / SEE (1993), a oficina pedagógica é o ambiente destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades de portadores de necessidades especiais, por meio de atividades laborativas, orientadas por professores capacitados, onde estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino/aprendizagem, nas áreas do desempenho educacional.

O trabalho no interior dessas oficinas é essencialmente manual, conjugando-se a outras formas de atividades, como artes plásticas, artes cênicas, esportes, lazer e escolaridade. Nestas oficinas o portador de retardo mental é visto como um aprendiz que se educa pelo trabalho e para o trabalho, considerando-se que o trabalho é grande promotor de ação social.

Escola Empresa

Representa o atendimento desenvolvido simultaneamente na instituição especializada e na empresa em situação real de trabalho.

Esta estratégia propicia ao adolescente portador de necessidades educativas especiais o contato direto com atividades profissionais que poderá exercer na fase adulta.

As experiências nesta modalidade apresentam certas limitações, pois envolvem as dificuldades representadas pelos aspectos da legislação trabalhista,

que não garante nenhum respaldo ao empregador ou ao estagiário portador de deficiência.

Oficinas Protegidas

Também denominada emprego protegido, é qualquer forma de emprego produtivo e remunerado, realizado em condições especiais, a fim de atender às necessidades temporárias e permanentes dos excepcionais (Revista Um Salto para o Futuro edição de 08/07/97, p. 30-31).

A oficina protegida é um fator dinâmico na reabilitação e precisa estar em contato direto com os recursos comunitários. Isso pressupõe um conhecimento das reais potencialidades da comunidade que irá absorver sua produção e a preparação aprendizes de forma mais efetiva para o mercado de trabalho. As atividades na oficina servem como treinamento profissionalizante e são, ao mesmo tempo, o elo de integração da instituição e do aprendiz com a comunidade.

A natureza das atividades desenvolvidas na oficina protegida está subdividida em cinco ramos:

- Fabricação própria;
- Produção por subcontrato;
- Prestação de serviços externos; Reparação e remodelação de objetos usados;
- Atividades hortifrutigranjeiras.

Núcleo Cooperativo

Constitui-se na extensão de um processo educativo que visa a ajustar e integrar socialmente um grupo de indivíduos que, por motivo de ordem bio-psico-social, não adquiriu ou não tem condições de adquirir preparação suficiente para se inserir no mercado competitivo de trabalho.

O Núcleo cooperativo apresenta uma proposta filosófica similar à de uma empresa, tanto no aspecto físico como no funcional. Respeitam-se horários, produtividade, assiduidade, responsabilidade e aparência pessoal consideradas as potencialidades, limitações e habilidades do aprendiz.

O sistema de trabalho adotado é a divisão da produção em etapas, onde cada aprendiz executa uma tarefa, conforme sua aptidão

Na Concepção da **SEED** - D.E.E. (1994, p. 191), o treinamento e a qualificação referem-se à aquisição de hábitos de trabalho, desenvolvimento das potencialidades, sondagem das aptidões à questão vocacional. Sempre que for possível, é importante que o aprendiz tenha oportunidade de vivenciar treinamento em serviço, isto é, na comunidade.

A **SEED** - D.E.E. ainda enfatiza que, dentro da preparação da pessoa portadora de deficiência, deve-se considerar algumas fases importantes:

- *Orientação e iniciação ao trabalho* - período em que se descobrem e se desenvolvem as habilidades e aptidões de cada pessoa. Prepara, de maneira metódica e organizada, o DML para que reúna condições de exercício

profissional. É um processo longo que deve respeitar os objetivos individuais e o ritmo de cada um;

- *Treinamento* - deve ser realizado em nível prático, escolhido individualmente e de forma cuidadosa. Nessa fase o aprendiz é familiarizado com o material e técnicas necessárias ao trabalho;
- *Qualificação pelo e para o trabalho* - prepara o DML de forma que possa exercer uma ocupação qualificada no mercado de trabalho, sendo de suma importância que a ele se ajuste e nele se mantenha “*Refere-se a tornar apto, capaz, prover com conhecimentos precisos para qualquer fim*” SEED (1993, p.41);
- *Colocação no mercado* - é a utilização de diferentes técnicas e estratégias para a inserção do DML no mercado de trabalho;
- *Acompanhamento* - é o acompanhamento do desempenho e da adaptação do DML nas relações de trabalho;
- *Desligamento* - é a culminância do processo de reabilitação e habilitação da pessoa portadora de deficiência após sua inserção no mercado de trabalho. É o coroamento do processo.

Como esse trabalho refere-se aos DML, sabe-se através de literatura especializada que destes, muitos podem chegar ao segundo grau profissionalizante e até cursam universidades, tornando-se profissionais bem sucedidos e integrados.

A qualificação profissional dos portadores de deficiência deve se processar, sempre que possível, no âmbito da comunidade. A iniciação para o trabalho pode ser definida como um programa paralelo à escolaridade e à profissionalização das pessoas portadoras de necessidades educacionais essenciais, visando aprofundar

a sondagem de aptidões, interesses, a oferta de informações sobre o mundo do trabalho e a aquisição de hábitos, habilidades e atitudes inerentes a ele.

Com relação ao treinamento, este deve ter como alvo, o desenvolvimento das habilidades e aptidões das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais em diferentes locais (oficinas, centros de reabilitação, empresas comerciais e industriais, órgãos públicos, etc.), assegurando ao deficiente condições de trabalho.

Preconiza a SEED, no mesmo documento, que a colocação no mercado de trabalho se processará, inicialmente através de estágio, amparado legalmente. A colocação definitiva ocorrerá em decorrência da sensibilização empresarial.

CANZIANI (1995, p. 70), ao falar sobre o treinamento, qualificação, habilitação ou especialização do trabalhador com deficiência sugere que estes processos poderão ser desenvolvidos com recursos especializados para este fim, tais como: oficinas ou centros de habilitação e/ou qualificação profissional, centros de reabilitação, além de agências disponíveis na comunidade, como SENAC, SESC, SESI, SENAI e outros.

Segundo a autora, existem, ainda, outras opções de desenvolvimento de habilidades para o trabalho representadas pelo treinamento em empresas por contrato de serviço (Escola-Empresa). Neste sentido destaca o treinamento em serviço; o treinamento em emprego provisório, o treinamento por convênio, o treinamento em indústria ou comércio, o artesanato doméstico e outras situações.

Para concluir este tópico, cabe somar as observações de GALLAGHER (1996, p.138-140), sobre ajustamento vocacional do DML.

Após investigações e estudos de acompanhamento apresenta algumas conclusões, no que se refere ao possível ajustamento ocupacional:

1. O deficiente mental educável pode aprender trabalhos não-qualificados a nível adulto.
2. Qualquer falha nas tarefas não-qualificadas está mais relacionada a características pessoais, sociais e interpessoais do que à incapacidade de executar a tarefa designada.
3. Registos de empregos de deficientes mentais educáveis mostram que aproximadamente 80 por cento eventualmente se ajustam às ocupações de natureza não-qualificada ou semiquificada e se sustentam parcial ou totalmente. GALLAGHER (1996, p.139)

Outros estudos foram realizados, por outros autores, evidenciando o DML, e a sua colocação no mercado de trabalho, como, por exemplo, a empresa McDonald's, que participou de um programa de treinamento de deficientes mentais. A experiência demonstrou que a empresa lucrou com a contratação de adultos deficientes mentais, constatando-se empregados confiáveis e com pouca taxa de rotatividade. Além disso os jovens deficientes mentais experimentaram naturais sentimentos de realização e independência.

Existem grandes diferenças entre as características gerais das crianças rotuladas como deficientes mentais treináveis e deficientes mentais educáveis. Entre as deficientes mentais treináveis, um dano biológico foi responsável pelo retardo, enquanto que nas deficientes mentais educáveis, uma combinação de fatores hereditários poligênicos e de estimulação ambiental limitada, parecem ter sido a causa fundamental. A grande variedade de causas e efeitos colaterais que aparecem em crianças deficientes mentais treináveis contribui para a grande diversidade de características destas.

Um fator que também merece atenção com relação às características do deficiente mental educável, são os antecedentes familiares, ou seja, existe uma alta proporção de níveis sócio-econômicos baixos.

3. PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS DE PAIS E PROFESSORES DE DML

Com a finalidade de averiguar e avaliar as reais chances do DML em relação ao processo educacional como um todo, ou seja, tendo em vista a posição dos pais e professores, foi desenvolvido e aplicado um mecanismo de pesquisa, cuja ferramenta é composta de um questionário com perguntas específicas. (ANEXO).

3.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A pesquisa foi direcionada a pais e professores de alunos do Centro Ocupacional “Tia Maria”, considerados, pelas autoras deste trabalho monográfico, alvo ideal para direcioná-la, considerando-se a ligação direta destes com a proposta monográfica.

Num primeiro momento foram entrevistados os professores que fizeram as suas colocações e opinaram livremente; e, num segundo momento, entrevistou-se os pais, adotando-se o mesmo procedimento.

3.2 UNIVERSO PESQUISADO

No período de 29 de agosto a 05 de setembro, do corrente ano, foram pesquisados professores e pais de alunos do Centro Ocupacional “Tia Maria”, localizado na Rua: Serafim Lucca, n.º 330, no bairro de São Braz, Curitiba - Paraná.

Foram pesquisados todos os professores, num total de 08 (oito) e 10 (oito) pais. Considerando-se que o Centro Ocupacional Tia Maria tem sob sua orientação 32 (trinta e dois) alunos, o número pesquisado representa 32% deste total.

A idade dos alunos varia entre 15 e 43 anos. Pertencem, os alunos a famílias de trabalhadores da construção civil, auxiliares de serviços gerais, catadores de papel e outras congêneres. As mães, em sua grande maioria, são donas de casa.

Uma vez realizada a pesquisa, os resultados foram computados e encontram-se demonstrados a seguir.

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA

Pesquisa realizada com os professores

1. Na sua escola são desenvolvidas atividades de orientação vocacional? Descreva-as.

Verifica-se, em resposta a esta questão, que os profissionais desta instituição, desenvolvem orientação vocacional voltada estritamente ao artesanato. Justificam os professores que estas são as atividades onde os alunos demonstram uma maior adaptação.

2. Conhecendo a realidade dos seus alunos, sugira algumas atividades profissionais que eles poderiam exercer.

Nesta questão pode-se observar, nas colocações dos professores, que os seus alunos se adaptariam à atividades simples desde que recebessem

treinamento específico e especializado para exercê-las. Enumeram algumas que não exijam raciocínio muito elaborado, tais como:

- empacotador em mercados;
- tarefas simples em escritórios (contínuo);
- auxiliar de padaria;
- costuras simples;
- bordados manuais;
- cestaria;
- tecelagem;
- auxiliar de mercearia;
- lavador de carros;
- ascensorista;
- auxiliar de cabelereiro (lavar os cabelos, secar, etc.);
- manicuri;
- frentista (posto de gasolina).

Destacam, os professores, que o desenvolvimento das atividades citadas depende muito do grau de deficiência ou limitação entre os DML. Cada caso é um caso, logo, não há possibilidade de generalização ou regra geral.

3. *Você tem sugestões inovadoras de habilidades que possam ser desenvolvidas com os seus alunos, para que ele possa melhor atuar, ser produtivo e respeitado no mercado de trabalho?*

Neste enfoque verifica-se uma tendência acentuada para as atividades onde o aluno possa contatar com o “outro”. Havendo reserva com relação à atividade solitária. Um trabalho que venha a envolver a família do DML na sua

profissionalização e na sua integração social, é visto como fundamental e imprescindível.

4. *Que tipo de orientação e respaldo, dos órgãos governamentais responsáveis pela Educação Especial, seriam importantes para a profissionalização e colocação do DML no mercado de trabalho?*

As sugestões dos professores para essa questão, refere-se à criação de mais escolas especializadas e centros de treinamento que visem especificamente o DML. Destacam, ainda, o quanto é oportuna a exigência do cumprimento das Leis e incentivos junto às empresas, no sentido de contratar pessoas portadoras de deficiência, dando-lhes oportunidades iguais e todos os direitos de cidadãos.

5. *Com certeza você tem conhecimento da atuação profissional de algum ex-aluno seu ou da escola. Fale sobre o caso.*

Referindo-se ao ex-aluno Celso, que freqüentou o Centro Ocupacional Tia Maria durante um ano, os professores relatam que este evidenciou uma socialização muito grande, realizando atividades que contribuíram para sua segurança no trabalho que desenvolve atualmente. O ex-aluno trabalha na firma de seu irmão, na aplicação de sinteco, onde desempenha muito bem o seu trabalho atendendo às exigências da empresa.

6. *Como você analisa a posição dos pais com relação ao filho DML e as suas expectativas com relação ao mercado de trabalho?*

A escola, é o ponto de apoio tanto para os pais como para os alunos. Os pais deixam bem evidente a sua função abrangente dentro da sociedade. Tal evidência se confirma quando os pais a vêem como um espaço aberto, onde os seus filhos trocam idéias, desenvolvem atividades de artesanato, discutem assuntos de interesse geral e recebem as principais refeições. Essa evidência é fortalecida, quando a consideram um lugar onde os filhos apreendem e recebem orientações

sobre todos os assuntos, que eles próprios não têm a mínima condição de fornecer. Poucos são os pais que consideram a escola um espaço ligado especificamente ao aprendizado. As suas expectativas prendem-se, fundamentalmente, ao desenvolvimento de habilidades para o trabalho. Na grande maioria demonstram desinteresse e total falta de apoio aos filhos.

Pesquisa realizada com os pais

1. *Você já tentou encaminhar seu filho, ou sua filha, para o mercado de trabalho? Em caso afirmativo, conte como foi.*

Para essa questão, os pais foram unânimes nas respostas, isto é, todos reponderam um lacônico “não”.

Essa resposta demonstra a inoperância dos pais em procurar uma situação de trabalho para seus filhos, deixando essa atribuição para “outros”, de preferência para a escola.

2. *Você acha que seu filho, ou filha, tem condições de realizar algum trabalho remunerado?*

Nesta questão pode-se observar os anseios dos pais com relação à vida profissional e o seu desenvolvimento no dia-a-dia. Constatando-se isso, através das respostas, pode-se verificar as várias formas de reação destes quando se trata da deficiência dos filhos. Enquanto um pai vê a total incapacidade de seu filho para o exercício de uma atividade profissional, outros respondem que “sim” e sugerem algumas profissões e, poucos parecem desconhecer, ou, procuram desconhecer a realidade, vendo a situação de seu filho em relação ao trabalho perfeitamente normal.

3. *O seu filho, ou sua filha, com certeza tem habilidades. Destaque algumas.*

Todos os entrevistados, exceto um, vêem habilidades nos filhos e alguns descrevem algumas, tais como: tricô, bordados, artesanatos, tarefas domésticas e atividades que envolvam a expressão oral.

4. *Dentre as profissões mais conhecidas, para a qual o seu filho, ou filha, demonstra interesse?*

As respostas a essa questão demonstram a desinformação, ou até mesmo a ignorância total, dos pais com relação à situação real dos filhos e as suas limitações.

Constataram-se posições que naturalmente fogem da realidade, quando identificam para os filhos profissões que naturalmente eles não poderiam exercer (professora, secretária executiva, computação). Outros acham que os filhos podem fazer “muitas coisas”, mas esquivam-se das sugestões, enquanto outro coloca o filho como totalmente incapaz.

Um bom número acredita que as atividades artesanais são as que mais se identificam com as possibilidades de seus filhos.

5. *É muito importante o relacionamento com os colegas de trabalho e com a chefia. Você acha que o seu filho, ou sua filha, tem facilidade ou dificuldade de relacionamento? Porque?*

Nesse enfoque nota-se que os aspectos ligados à realidade e que envolvem o diálogo e o companheirismo, ganharam os índices mais expressivos entre os pais pesquisados. A grande maioria enxerga boas qualidades de relacionamento, simpatia, facilidade em fazer amigos, boa comunicação, prestatividade, etc. Esse enfoque teve apenas dois pais que se posicionaram de forma a conferir aos filhos: o primeiro alegou timidez exagerada como característica da personalidade do filho; enquanto o segundo vê a impossibilidade total de relacionamento.

6. *Que tipo de atendimento, na área profissional, você gostaria que fosse dado ao seu filho, ou sua filha? Deixe aqui o seu recado.*

Os pais reivindicam uma postura de acompanhamento profissional para os seus filhos, treinamentos específicos e maior sensibilidade por parte do Governo, na conscientização do meio empresarial para que o DML seja reconhecido como um trabalhador normal com direitos e deveres.

A grande maioria vê na escola a “tábua de salvação” para o DML.

Alguns pais, colaboraram oralmente na elaboração desta pesquisa, quando propiciaram a oportunidade de dialogar com as autoras desta monografia, colocando seus posicionamentos frente aos vários problemas que enfrentam os portadores de deficiência.

As Autoras desta monografia, após analisar os dados fornecidos durante o esse contato com os professores e pais, os examinou e estabelece algumas prioridades de encaminhamento no sentido de favorecer o progresso de sua tese (ou suas idéias).

Dentre essas, a definição de uma nova postura pedagógica que coloca a questão no sentido de “*como o professor se situa como educador*” e parte para uma comparação, verificando o que ocorre com o DML. Existem alunos que se sentem expropriados do direito de julgar suas próprias ações, visto que ao concluírem a tarefa, resolvido o problema ou realizado o exercício, costumam apresentá-lo ao professor, submetendo-o única e exclusivamente ao seu julgamento. Esse comportamento, por parte do DML, retrata o sentimento de incompetência, incapacidade e total despreparo para julgar uma ação. Ele sempre confere com o critério de alguém acima e fora dele mesmo, enquanto o normal seria se proteger

em toda sua convicção no trabalho e ter certeza de que acabou de fazer o melhor.

As perguntas cederiam lugar às afirmações: *Olha que trabalho bom eu fiz!*

De qualquer forma o trabalho realizado é o produto do que há de melhor no DML. Se o clima foi de descoberta e de apropriação de valores, o trabalho realizado por ele acaba, simbolicamente, sendo um presente, ou seja um pedaço do educando, do seu saber, do seu envolvimento emocional. Ele se sentirá gratificado se, ao apresentá-lo ao professor, for incentivado com palavras de estímulo. Se há portadores de deficiência incapazes de emitir um julgamento sobre sua ação, é importante que os professores os estimulem a isso.

Sabe-se que nem sempre as coisas são fáceis e palpáveis como as palavras escritas querem demonstrar. Reconhece-se a presença na idéia de continuidade e de ruptura. Na continuidade o professor é fiel as suas convicções, à experiência de vida que possui. Na ruptura é a crise que interrompe a continuidade e apresenta à pessoa a possibilidade ou a necessidade de se reequilibrar num novo nível. Por vezes o valor novo emergido da superação da crise pode projetar dúvida sobre tudo o que a pessoa viveu como experiência ou convicção.

As inovações repentinas nas Escolas Especiais (programas, novas técnicas, propostas ...), "jogadas" para dentro da escola, sem o devido preparo de seu corpo docente, podem gerar neste, tal dúvida com relação ao seu desempenho, que ao invés de provocar o questionamento, fazem com que ele duvide de suas próprias convicções e conhecimentos.

A função professor-educador, é de possuir um saber sistemático, orgânico, científico, crítico, útil, prático, necessário para bem viver e conviver. Este saber é fruto da formação acadêmica e da experiência do professor. O saber trabalhado em

classe com os portadores de deficiência deve ter sido, antes, percebido como valor pelo professor, isto é, o professor, via formação acadêmica e via experiência pessoal, somada à experiência dos demais colegas professores da escola, é que trabalhará com os alunos o que para ele representou e representa o sucesso, valor, vida. O saber refletido com os alunos é o saber possuído, incorporado, vivido, ruminado pelo professor. Com pedaços de si mesmo ele acaba ajudando o DML a se construir. O professor é o único “audiovisual” indispensável na escola.

Quando ele é contraditório é que surge o problema. Da contradição surge o conflito, gerando insegurança, um “eu” dividido, uma indefinição no processo de construção da própria identidade.

Ser coerente, agir com justiça, amizade e como verdadeiro motivador é a forma mais adequada para que a recíproca seja verdadeira no contexto professor/aluno.

O aluno DML não precisa de um crítico, precisa acima de tudo de um amigo.

Ao chegar à escola o DML têm a impressão que pouca coisa tem para ser aprendido, até deparar com aquele que de fato representa a escola: “o professor e a sua fala”.

A posição dos autores dessa monografia, com relação ao tema ora trabalhado, é que nenhum sistema educacional será melhor que a qualidade e a habilidade de seus professores. E ele deve se preocupar com o aluno no sentido de que este busque o seu crescimento e sua auto-realização, permitindo a comunicação e a ação espontânea, a experiência e o erro.

Quanto mais ele for capaz de inspirar uma conduta ajustada aos valores com os quais trabalha, mais estará desempenhando seu papel social de intermediário entre a cultura dos ditos “normais” e dos portadores de deficiência.

Acredita-se que algumas habilidades básicas são necessárias para que a “presença do Professor” seja a mola propulsora do seu desempenho, ou seja é de fundamental importância que adquira ou reforce as citadas habilidades na área pessoal e profissional, se quiser promover as condições de aprendizagem adequadas, para que o educando aprenda e se desenvolva de maneira pessoal e socialmente construtiva.

Compete ao professor, em função da relação pedagógica que ele construir, contribuir para o bom desenvolvimento emocional do aluno, especialmente o DM e, conseqüentemente, um bom resultado no processo ensino/aprendizagem. São elas:

- necessidade de segurança;
- necessidade de aceitação e afeto;
- necessidade de respeito e reconhecimento;
- necessidade de auto realização, de acordo com a hierarquia das necessidades básicas do ser humano.

Para que se estabeleça um relacionamento aberto, franco, de respeito mútuo e confiança entre professor/aluno é necessário que o professor saiba:

- *Ouvir*: muito mais do que escutar as palavras significa ouvir as pessoas com sensibilidade, atenção e simpatia os sentimentos que estão sendo comunicados;
- *Aceitar*: ser capaz de aceitar sentimentos, emoções, atitudes, valores, limitações ;

Sabe-se que o desenvolvimento de atitudes construtivas no DML depende, em grande parte da percepção que o professor tenha de si próprio e dos seus alunos.

- *Percepção do comportamento do aluno* - o aluno é uma pessoa que tem defeitos, qualidades, problemas e interesses de acordo com a sua individualidade; o aluno vê e interpreta a realidade de acordo com a sua percepção; o aluno é capaz e é digno de confiança;
- *Percepção de si mesmo* - identificar-se com as demais pessoas quanto a sentimentos, emoções e atitudes.

Existem ainda considerações que seriam pertinentes à posição do grupo, elencando algumas atitudes que podem tornar a **prática pedagógica** mais motivadora e valorosa:

- *Saber dar atenção a todos os alunos;*
- *Saber compreender os sentimentos* - cada aluno DML tem sua experiência de vida e de escola. Alunos ansiosos ou descontentes, indiferentes, interessados ou revoltados, e assim por diante;
- *Ser amigo dos alunos* - um amigo sempre tem respeito pelo outro e entre amigos não pode existir autoritarismo. O importante é ser um amigo que tem algo para repartir e tem consciência e segurança disso.

Pode parecer uma fuga da realidade destacar tão longamente o que se espera da “pessoa do professor” num momento que se fala em colocação do DML no mercado de trabalho, mas a experiência revela que a atuação consciente e única deste profissional, é quase que decisiva na profissionalização do DML, pois sabe-se que, em grande número, esses “*seres humanos*”, tem poucas oportunidades de

orientação. As “bibliografias idealistas” revelam uma realidade muitas vezes fantasiosa, porém distantes do provável e do possível comentado.

Com relação aos pais, também ficaram evidentes algumas necessidades a serem trabalhadas. Entretanto, esse é um alvo que oferece muitos obstáculos, tendo em vista fatores de ordem cultural e social, além da dificuldade de acesso. Tudo o que se falou a respeito, no enfoque “O Deficiente Mental e a Família”, foi sobejamente confirmado durante o trabalho executado juntamente com os pais.

As expectativas dos pais e dos professores estendem-se também para uma postura mais consciente do empresário brasileiro, no sentido de abrir as portas ao DML, dentro do que a legislação exige.

Uma abertura empresarial, ligada ao que está se fazendo na educação poderá, realmente favorecer de forma extraordinária a integração deste “ser humano” no mercado de trabalho.

No ***momento atual***, sabe-se que está sendo desenvolvido um trabalho nas escolas da rede pública do Paraná, através do qual estas começam a viver uma nova fase em relação ao tratamento dispensado à população portadora de algum tipo de deficiência. A Secretaria Estadual de Educação - SEED, segundo as informações obtidas através da Gazeta do Povo (30/07/97, p. 9), acaba de lançar uma cartilha com informações e orientações sobre as formas de integração desses alunos especiais ao sistema vigente. No mesmo veículo de comunicação, ainda está impressa a promessa da divulgação de uma coletânea de leis sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiências. O objetivo é formar cidadãos conscientes e participativos e também combater o preconceito que ainda atinge esse segmento da nossa sociedade. As publicações foram elaboradas em parceria com a Promotoria

Pública, através da Coordenadoria de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência e a SEED. Essas publicações deverão permitir que os professores aprofundem as discussões e as informações sobre a Educação Especial.

É de vital importância que essas iniciativas não se restrinjam à euforia da Semana do Excepcional, mas que, muito mais do que festividades, os direitos do portadores de deficiência sejam reconhecidos, a fim de que estes possam exercer suas potencialidades.

4 CONCLUSÃO

Sonhei que tinha um filho e, mesmo no sonho, pude perceber que ele era minha vida, e era um idiota, e eu fugi. Mas ele tornava a se arrastar para o meu colo, agarrava-se as minhas roupas. Até que me ocorreu que, se pudesse beijá-lo, o que quer que houvesse nele que fosse meu, talvez eu pudesse dormir. E debrucei-me sobre seu rosto imperfeito, e ele era horrível ... mas beijei-o. Creio que cada um deve afinal tomar sua própria vida nos braços ...

ARTHUR MILLER
After The Fall

O estudo do aluno portador de deficiência, particularmente o DML, e a sua participação no mercado de trabalho, tem significado a partir da necessidade de se apreender seu processo de relação com o mundo e desvendar os mecanismos que marcam seu real papel na sociedade.

O ideário que envolve o aluno DML é o de que a apropriação do saber socialmente produzido, aliado ao conhecimento das técnicas na prática de seu trabalho diário, permitirá o dominar a explicação científica para promover a transformação necessária. O que a teoria informa é que a atual demanda do mercado de trabalho, pela própria condição do exército de reserva, ainda que se prepare para fazer uma boa entrada neste mundo competitivo, deixando a ingenuidade das reflexões superficiais, ainda assim, o portador de deficiência terá muitas dificuldades e enfrentará muitas barreiras para ser absorvido pelo mercado de trabalho. O que se constata é uma ameaça à ordem vigente, isto é, ele é preterido em detrimento de outros candidatos.

As relações sociais de produção, historicamente constituídas pelo modo de redução capitalista, permitem concluir que, por mais habilidades que desenvolva, está o Ensino Especial longe de atender às necessidades de mercado, que tem a

seu dispor um contingente de reserva que se prepara para competir, melhorando portanto, sua capacidade técnica.

Por outro lado a necessidade de sobreviver, faz com que o aluno DML, mesmo de posse do conhecimento de mundo que a reflexão crítica lhe permita, enfrente esse mundo competitivo da melhor maneira possível, defrontando-se com essa realidade neoliberalista.

Do lado de “cá” está a escola que busca a valorização do ser humano através da educação, quando se aproxima do terceiro milênio, sabendo que a integração desse nosso jovem só será possível se houver um trabalho conjunto que envolva os órgãos governamentais, família, escola e comunidade.

O tipo de pessoa que se pretende ajudar a construir e, conseqüentemente, o tipo de sociedade que se adota, como sendo a que permite a realização dessas aspirações básicas, pode-se encontrar através da educação e do surgimento de uma sociedade democrática e crítica.

A vida atual se conduz numa revolução no domínio da ciência, onde o “ontem” já não serve mais; pode servir senão como ato repetitivo para atender as necessidades urgentes do “hoje” e apenas como parâmetro balizador do “amanhã”.

Surge, portanto, a necessidade urgente de se buscar novos métodos para integrar o DML no mercado de trabalho competitivo como um agente qualificado, produtivo e digno de respeito, isto é, um profissional qualificado com metodologia adequada.

Contudo é de fundamental importância que não hajam “atropelos”, mas se busquem as causas dos fenômenos, desenvolvendo a capacidade de pensar criticamente, unindo ação e reflexão. Dar a máxima ênfase na avaliação do

avanço coletivo, observando, entretanto, destaque profundo no questionamento individual, onde cada indivíduo é responsável pelo seu plano de existência e de encontrar seu ponto de equilíbrio.

Na seqüência desse trabalho, faz-se importante destacar que as conseqüências metodológicas na atitude do educador, que partem do princípio que educar é uma relação humana, um processo de descoberta e de apropriação de valores, logo, não é formada por produtos finais. Será permanente e exigirá respeito mútuo, e o respeito que a pessoa tem por si mesma.

A estrutura do método é evidenciada em situações que exigem pensamento crítico, consciente e criativo. Deverá ser respeitada a liberdade para aprender, motivando a criatividade e oportunizando a observação e a verificação. É fundamental que os envolvidos no processo o julguem importante para bem viver e conviver, onde não poderão se dissociar as conquistas sociais e individuais.

A perspectiva é de evolução, embora se saiba que, a despeito do invólucro de intenções, sentimentos e atitudes positivas que existe em toda comunidade envolvida - pais, alunos, professores e empresários - persiste também um questionamento inquietante diante da realidade que vivemos, onde o descaso com a educação por parte dos nossos governantes, não está encoberto com um véu, muito pelo contrário, está bem visível e palpável.

ANEXOS

CENTRO OCUPACIONAL “TIA MARIA”

Na semana de 25 a 30 de agosto, comemora-se a “*SEMANA NACIONAL DO EXCEPCIONAL*”. Em Curitiba o tema das comemorações é “Deslize nas Ondas da Igualdade”.

Nova coletânea de leis está sendo prometida pelos órgãos governamentais competentes, sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência, cujo objetivo é formar cidadãos conscientes e participativos e também combater o preconceito que ainda atinge esse segmento de nossa sociedade.

Deslizar nas ondas da igualdade só será possível no momento em que se derrubarem as barreiras e as discriminações, dando oportunidades reais e naturais aos portadores de deficiência.

Você faz parte da população deste país que luta por isso, com interesses distantes dos que desejam apenas projeção política. Realmente não faz parte das informações que você gosta de receber, no seu dia-a-dia, as discriminações, os apelidos mal empregados, a porta que se fecha para o deficiente e outras injustiças que maltratam essas pessoas já tão injustiçadas.

Precisamos de sua ajuda, queremos conhecer o seu parecer, quando se trata da colocação do DML no mercado de trabalho. Sua posição é muito importante para que possamos concluir o nosso trabalho monográfico.

Por favor amigo(a) Professor(a), responda às questões abaixo, ilustrando-as com suas experiências.

1. Na sua escola são desenvolvidas atividades de orientação vocacional? Descreva-as.

2. Conhecendo a realidade dos seus alunos, sugira algumas atividades profissionais que eles poderiam exercer.

3. Você tem sugestões inovadoras de habilidades que possam ser desenvolvidas com os seus alunos, para que ele possa melhor atuar, ser produtivo e respeitado no mercado de trabalho?

4. Que tipo de orientação e respaldo, dos órgãos governamentais responsáveis pela Educação Especial, seriam importantes para a profissionalização e colocação do DML no mercado de trabalho?

5. Com certeza você tem conhecimento da atuação profissional de algum ex-aluno seu ou da escola. Fale sobre o caso.

6. Como você analisa a posição dos pais com relação ao filho DML e as suas expectativas com relação ao mercado de trabalho?

Agradecemos a sua colaboração.

CENTRO OCUPACIONAL TIA “MARIA”

Na semana de 25 a 30 de agosto, comemora-se a “*SEMANA NACIONAL DO EXCEPCIONAL*”. Em Curitiba o tema das comemorações é “Deslize nas Ondas da Igualdade”.

Nova coletânea de leis está sendo prometida pelos órgãos governamentais competentes, sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência, cujo objetivo é formar cidadãos conscientes e participativos e também combater o preconceito que ainda atinge esse segmento de nossa sociedade.

Deslizar nas ondas da igualdade só será possível no momento em que se derrubarem as barreiras e as discriminações, dando oportunidades reais e naturais aos portadores de deficiência.

Você faz parte da população deste país que luta por isso, com interesses distantes dos que desejam apenas projeção política. Realmente não faz parte das informações que você gosta de receber, no seu dia-a-dia, as discriminações, os apelidos mal empregados, a porta que se fecha para o deficiente e outras injustiças que maltratam essas pessoas já tão injustiçadas.

Precisamos de sua ajuda, queremos conhecer o seu parecer, quando se trata da colocação do DML no mercado de trabalho. Sua posição é muito importante para que possamos concluir o nosso trabalho monográfico.

Senhores pais, queremos conhecer as suas expectativas com relação à vida profissional dos seus filhos, por isso solicitamos a sua colaboração respondendo estas questões:

1. Você já tentou encaminhar seu filho, ou sua filha, para o mercado de trabalho? Em caso afirmativo, conte como foi.

2. Você acha que seu filho, ou filha, tem condições de realizar algum trabalho remunerado?

3. O seu filho, ou sua filha, com certeza tem habilidades. Destaque algumas.

4. Dentre as profissões mais conhecidas, para a qual o seu filho, ou filha, demonstra interesse?
.....

5. É muito importante o relacionamento com os colegas de trabalho e com a chefia. Você acha que o seu filho, ou sua filha, tem facilidade ou dificuldade de relacionamento? Porque?

6. Que tipo de atendimento, na área profissional, você gostaria que fosse dado ao seu filho, ou sua filha? Deixe aqui o seu recado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. M. L. S.** Um retrato da educação especial no Brasil. In Em Aberto. Brasília: INEP, ano 13, (60), out/dez, 1993: 5-10.
- BUSCAGLIA, Leo F.** Os deficientes e seus pais. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BINET, Alfred.** Testes para a medida do desenvolvimento da inteligência nas crianças. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.
- BRASIL - CFE.** Pareceres 848/72 E 1.682/74, Brasília.
- CANZIANI, Maria de Lourdes.** Educação Especial; visão de um processo dinâmico e integrado. Curitiba: Editora Univesitária Champagnat da Universidade Católica do Paraná, 1985.
- CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.** Direitos da pessoa portadora de deficiência. Curitiba, 1994.
- CRUICKSHANK, William Mellon e JOHNSON.** A educação da criança e do jovem excepcional. Vol 1. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- CRUICKSHANK, William Mellon e JOHNSON.** A educação da criança e do jovem excepcional. Vol2. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** Linha de Ação sobre as Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- GALLAGHER, James J.; KIRK, Samuel.** Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JORNAL “GAZETA DO POVO”.** (30/07/97, p. 9).

MIRA Y LOPES, E. A criança que não aprende. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação Escolar - comum ou especial? São Paulo: Pioneira, 1987.

MITTLER, P. and DAUNT, P. Teacher Education for Special needs in Europe, London: Cassel, 1995.

PEREIRA, Olívia da Silva. Integração do excepcional na força de trabalho. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

SEED - PARANÁ. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Fundamentos Teóricos Metodológicos para a Educação Especial. Curitiba: 1994.

SEED - PARANÁ. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Pessoa portadora de deficiência - Integrar é o primeiro passo. Curitiba: 1997.

UNESCO. Terminology of special education. Paris: 1995.